

RESISTÊNCIA CAMPONESA: A LUTA POR TERRA E EDUCAÇÃO

Dra. Francis Mary Guimarães Nogueira  0000-0003-0778-4939

Me. Julio Cesar Braun  0000-0002-7231-8902

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

RESUMO: Este artigo pretende analisar de maneira breve o percurso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e seu engajamento e organização coletiva na luta pela terra, considerando a educação como parte do processo de formação da resistência camponesa. Para atingir o objetivo proposto será realizada pesquisa bibliográfica fundamentada no materialismo histórico dialético referencial teórico que nos possibilitará analisar as contradições que permeiam e justificam o enfrentamento dos movimentos sociais do campo ao modo de produção capitalista. Como resultado final pretendemos descrever algumas considerações sobre a importância da educação na formação da consciência de classe e sua contribuição para a continuidade da luta dos camponeses por terra, educação e reforma agrária.

PALAVRAS-CHAVE: Resistência; Educação; Movimentos Sociais do Campo; MST.

PEASANT RESISTANCE: THE STRUGGLE FOR LAND AND EDUCATION

ABSTRACT: This article aims to briefly analyze the trajectory of the Landless Rural Workers Movement and its engagement and collective organization in the struggle for land, considering education as part of the process of formation of peasant resistance. In order to achieve the proposed objective, a bibliographic research will be carried out based on the theoretical dialectical historical materialism that will allow us to analyze the contradictions that permeate and justify the confrontation of social movements in the countryside with the capitalist mode of production. As a final result, we intend to describe some considerations about the importance of education in the formation of class consciousness and its contribution to the continuity of the peasants' struggle for land, education and agrarian reform.

KEYWORDS: Resistance; Education; Rural Social Movements; MST.



1 INTRODUÇÃO

O tema proposto neste artigo incita o debate sobre educação e reforma agrária proporcionando a reflexão da necessidade dos movimentos sociais como mecanismo de pressão social na luta pela garantia de direitos constitucionais, nesta abordagem vamos tratar em específico dos Movimentos sociais do Campo. Para situar o caminho percorrido pelo MST no processo de Resistência Camponesa, não podemos deixar de enfatizar *que* o Movimento Camponês é uma unidade em processo de construção, por isso caracteriza os sujeitos, como um sujeitos políticos do coletivo, desta forma constitui a diversidade de formas assumidas pelos movimentos sociais populares, que se organizam para enfrentar os desafios próprios das relações sociais na luta pela garantia de direitos (Ribeiro 2012, p. 460). Vale a pena pontuar que o desenvolvimento socioeconômico no Brasil desde o período colonial carrega no seu desenrolar um processo antagônico que permeia a luta de classes, esta disputa é marcada pelo projeto de manutenção da hegemonia das elites brasileiras. Projeto este que historicamente com o passar das décadas foi criando corpo e se desenvolvendo, passando pelo processo de expansão industrial, pano de fundo para o avanço do sistema capitalista após a segunda guerra mundial.

Os camponeses no Brasil, desde o seu surgimento no período colonial, sempre estiveram direta ou indiretamente subordinados a frações das classes dominantes no campo, seja do capital mercantil dos sesmeiros seja do capital agrário das empresas capitalistas na economia contemporânea. “O subalterno não é uma condição, figura que o desenvolvimento capitalista supostamente extinguiria com o correr do tempo. Estamos diante de um processo que se atualiza e subalterniza grupos crescentes, nos países pobres, nas regiões pobres dos países ricos, mas também nos espaços ricos dos países pobres [...] (CARVALHO, 2011, p. 01).

A lógica capitalista principal fomentador da desigualdade social no Campo, protagoniza o aumento da expropriação e exploração dos trabalhadores rurais e



campe sinos. Neste cenário de luta e resistência, a organização dos movimentos de pressão social no campo é engendrada. A partir de 1945 com Ligas Camponesas, na década de 50 a organização dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais em seguida dos movimentos sociais de luta pela terra promovem ações de resistência contra a opressão capitalista, neste cenário em meados de 1980 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se destaca pela amplitude e relevância de suas ações de luta e resistência no espaço nacional.

O MST¹ desde sua formação carregou consigo a memória histórica camponesa, a luta pela terra e por reforma agrária estão consagradas como a luta contra o capital. A história do MST é fruto do processo histórico de resistência do campesinato brasileiro (FERNANDES, 2000, p. 47- 48). Outro fator preponderante no movimento é a atividade educativa que se mescla a dimensão da formação política e emancipatória.

A partir do final dos anos de 1990, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra –MST, junto com outras organizações sociais, engajou-se num movimento nacional por uma educação do campo, com grande mobilização e forte pressão social. Tal mobilização foi capaz, inclusive, de pressionar o Estado por políticas públicas para o campo. Além disso, mudou o foco teórico do debate, com a conceituação Educação do Campo em contraposição à Educação Rural, avançando na direção de uma educação em sintonia com as populações que vivem e trabalham no campo (VENDRAMINI, 2009, p. 32).

Neste contexto o objetivo do trabalho é situar a importância dos Movimentos sociais do Campo no contexto de luta pela terra e resistência ao avanço capitalista

¹ O MST, é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos neste Encontro de 1984 e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores (CALDART, 2001, p. 01).



verificando as contribuições sociais que o MST nesta jornada promove a formação político e emancipatória dos sujeitos Sem-Terra.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Camponeses na luta

Com o processo de modernização no campo sustentado pelo modo de produção capitalista instaura-se no Brasil um modelo de produção baseado nos princípios econômicos, o agronegócio produziu no campo uma catástrofe social, aumentando consideravelmente a expropriação, exploração dos trabalhadores rurais, pobreza, exclusão e miséria. Para Oliveira (2001, p. 258) a situação de conflito impõe uma guerra da sociedade contra os valores e comportamentos tradicionais, uma vez que a relação de dominação imposta pelos agentes do mundo moderno leva os camponeses a uma condição de degradação moral. No campo o avanço do capitalismo promoveu êxodo rural exorbitante, muitos trabalhadores rurais migraram para cidades em busca de uma oportunidade de manutenção da vida. O desenvolvimento do capital investiu na estrutura latifundiária, mecanização agrícola e incentivou uma agricultura industrial, proporcionando a expansão de complexos industriais.

O agronegócio é constituído, portanto, basicamente por grandes corporações capitalistas multinacionais que oferecem mercadorias ou “commodities” para a exportação. Ele engloba diversos setores da economia, que vão “desde a produção primária até as fontes de financiamento como os bancos privados e estatais, passando pela agroindústria e as empresas de comercialização” (CARVALHO, 2005, p. 199).

Para Stédile (2011, p. 30) historicamente o avanço do capitalismo no campo tem se nutrido da concentração na propriedade de terras, em um país que já nasceu em bases latifundiárias. A modernização da agricultura traz consigo a



lógica mercantilista garantindo a manutenção da hegemonia burguesa e ampliação de seus horizontes de terras e riquezas.

A ideologia de modernização, com destaque para o caráter produtivista, tecnológico e desenvolvimentista, acaba por camuflar os problemas sociais que se delineiam por detrás, como a concentração de riqueza (por meio do controle oligopolista das sementes, terras, florestas, biodiversidade e da água doce) e poder, a expropriação dos trabalhadores e a exclusão dos mesmos das políticas públicas que o Direito Constitucional garante em teoria (COUTINHO, *et al.*, 2012, p. 61).

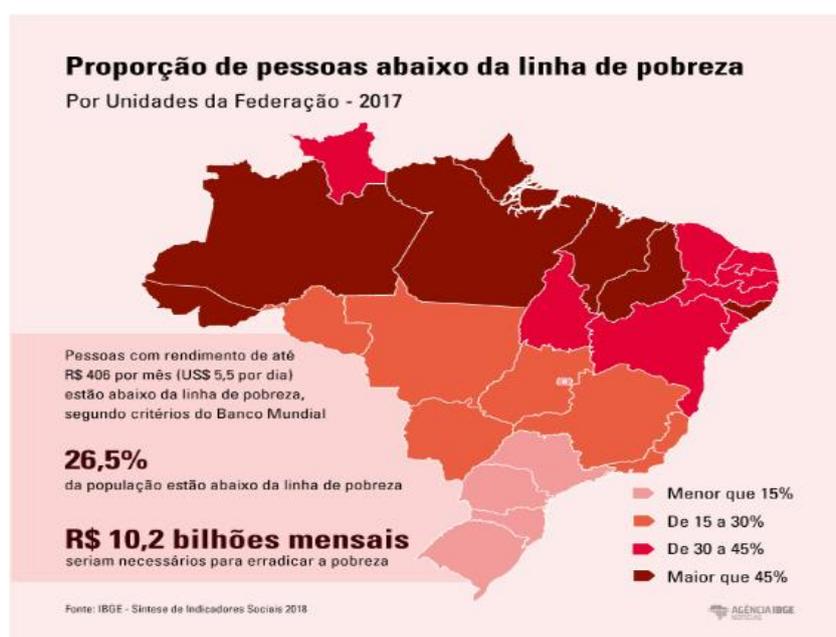
Contudo há dados estatísticos nos revelam que esse processo de agricultura agroexportadora justifica os ideais do modo de produção capitalista, ou seja, ao mesmo tempo que produz riquezas para as classes mais abastadas, gera o aumento da desigualdade social e aumento das massas miseráveis no país. Excluindo no campo qualquer possibilidade do desenvolvimento agrário do camponês no seu espaço rural. Para Oliveira (2001, p. 187) nos alerta que, estamos diante de uma estrutura fundiária violentamente concentrada e, também, diante de um desenvolvimento capitalista que gera um enorme conjunto de miseráveis.

De acordo com os indicadores sociais do IBGE (2016 - 2017) 26,5% da população brasileira encontra-se abaixo da linha da pobreza. Isso significa que dos 207 milhões de pessoas residentes no Brasil aproximadamente 54,8 milhões vivem em condições de sobrevivência e 15,3 milhões destas estão condenadas a miséria extrema. Cabe ressaltar que segundo o IBGE, é considerada em situação de extrema pobreza quem dispõe de menos de US\$ 1,90 por dia, o que equivale a aproximadamente R\$ 140 por mês. Já a linha de pobreza é de rendimento inferior a US\$ 5,5 por dia, o que corresponde a cerca de R\$ 406 por mês.

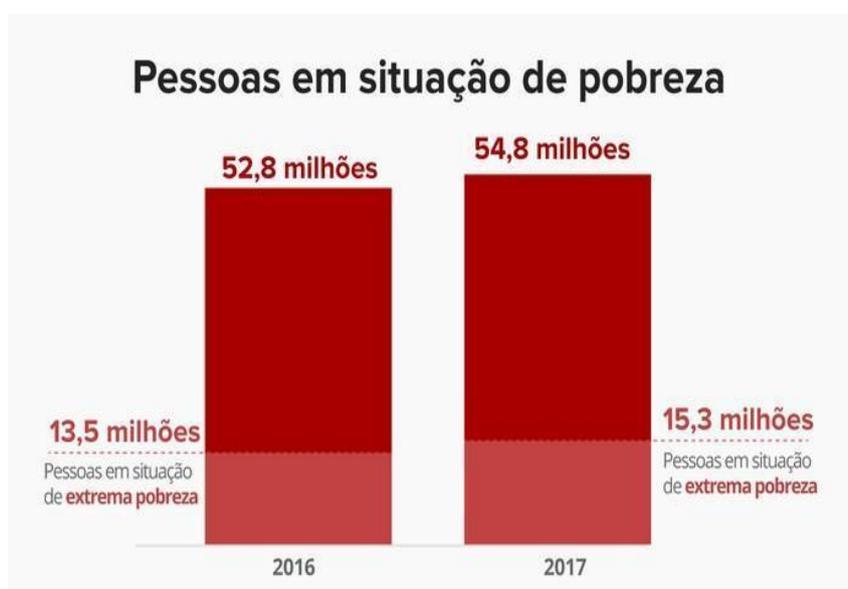
Essas linhas foram definidas pelo Banco Mundial para acompanhar a pobreza global. Com base nessas informações podemos analisar que se incorporarmos nesta estatística as pessoas que ganham até um salário mínimo



brasileiro teremos um aumento considerável no número de pessoas com condições mínimas de sobrevivência.



Fonte: Dados oficiais do IBGE 2016 – 2017.



Fonte: Dados oficiais do IBGE 2016 – 2017.



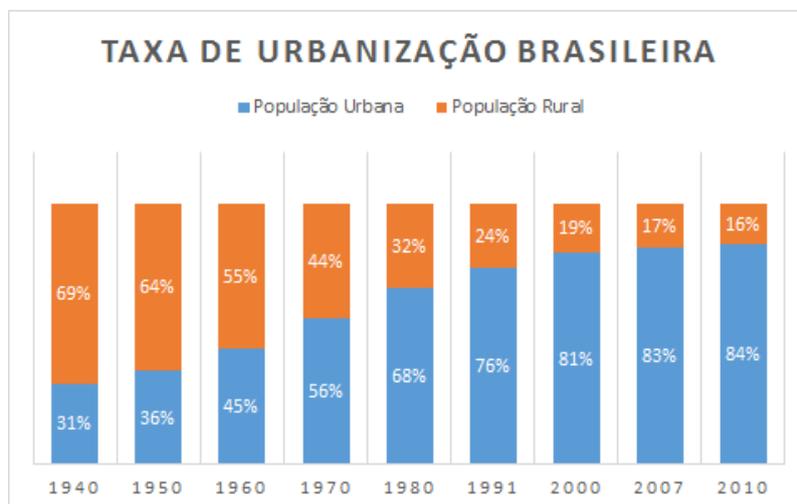
Ao analisarmos estes dados podemos refletir sobre a questão do campesinato e sua relação neste contexto, a intensificação do domínio capital sobre o campo promoveu consequências avassaladoras para classe trabalhadora rural.

a difusão crescente do trabalho assalariado, a precariedade do emprego rural; a ocupação, especialmente daquelas famílias com uma escala de produção relativamente pequena; a expulsão de pequenos e médios produtores e camponeses do setor; as contínuas migrações campo-cidade ou nas fronteiras; a articulação dos produtores agrários com complexos agroindustriais em que predominam as decisões de núcleos de poder vinculados às grandes empresas multinacionais ou tornadas assim; [...] São tendências que incidem sobre a crescente exclusão social sofrida pelos camponeses, pelas comunidades indígenas, e uma parte importante dos produtores familiares médios e pequenos no campo latino-americano. Estas são algumas das consequências sociais mais importantes que surgem como resultado da implantação de um sistema de agronegócios no continente latino-americano (TEUBAL, 2008, p. 143).

A taxa de urbanização², é um dos elementos de análise, pois o empobrecimento da população, falta de emprego e miserabilidade que ao longo dos anos eleva-se consideravelmente. No mesmo ritmo a população rural diminui e procura novas alternativas de sobrevivência. Ao verificar o gráfico 03 podemos entender que o êxodo rural nos revela índices alarmantes. Assim como no gráfico 04 evidenciamos que a ocupação de terras por produtor familiar é de 84,4% em relação a estabelecimentos e 24,3% em área de terra, sendo que latifundiários em relação aos estabelecimentos possuem 15,6% e em área de terra 75,7%. Dado que nos remete a compreensão clara do avanço capitalista, o constante movimento de expansão das grandes propriedades rurais para implementação do agronegócio.

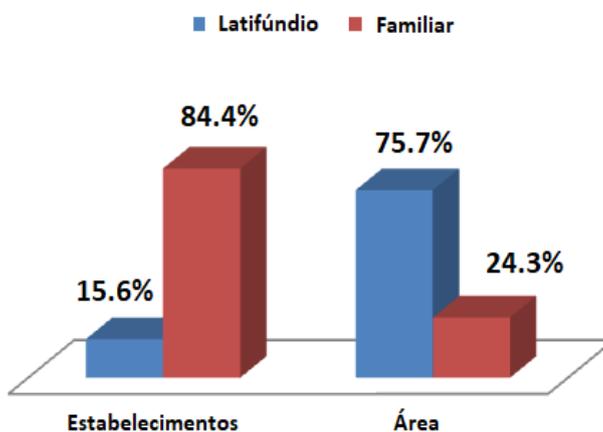
² O processo que leva da globalização à desigualdade é claro; ele resulta do uso de uma tecnologia avançada de comunicação e transporte para permitir a concentração de riqueza nas mãos de uns poucos, em detrimento – em termos comparativos, e às vezes absolutos – da maioria. A crescente mobilidade do capital e a crescente extensão do controle que é possível recentemente, resultou numa concentração de riqueza no topo, e uma crescente distância entre os detentores da riqueza e os pobres do mundo (HABITAT, 2001 p. 32).





Fonte: Dados oficiais do IBGE.

Ocupação de terras rurais segundo a condição do produtor



Fonte: Dados oficiais do IBGE – 2006.

A agricultura familiar ao longo dos anos perde espaço para o projeto capitalista de agricultura, o agronegócio neste processo não leva apenas à diferenciação e polarização social (trabalhadores rurais e latifundiários) resulta fundamentalmente na promoção da pauperização e marginalização do campesinato provocando submissão a trabalho assalariado no campo ou a migração para



centros urbanos, um território de disputa onde o capital impõe suas regras mercantilistas.

O desenvolvimento capitalista que concentra a terra, concomitantemente, empurra uma parcela cada vez maior da população para as áreas urbanas, gerando nas mesmas uma massa cada vez maior de pobres e miseráveis. Mas, ao mesmo tempo, esta exclusão atinge também o próprio campo. Certamente, a maioria dos filhos dos camponeses, cujas propriedades tenham superfície inferior a 10 hectares, jamais terão condição de se tornar camponeses nas terras dos pais. A eles caberá apenas um caminho: a estrada. A estrada que os levará à cidade, ou a estrada que os levará à luta pela reconquista da terra (OLIVEIRA, 2001, p. 187).

Nesse movimento histórico de resistência³ camponesa e desenvolvimento capitalista podemos mencionar que o antagonismo entres as classes produzem um território de disputa que configura nada mais do que a luta de classes. Marx (2002, p. 45) menciona que a história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história da luta de classes. Isto é, uma luta ininterrupta provocando transformações revolucionárias ou o declínio das classes em luta.

2.2 Educação e campesinato

Nesse bojo emerge a resistência do campesinato⁴ que discordando do modelo capitalista de agricultura parte para mobilização e pressão social clamando por

³ A luta pela terra hoje existente no país representa, na maioria dos casos, mais um capítulo da história do campesinato brasileiro, movido pelo conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa. Mas as novidades desse momento histórico são muitas. Dentre elas, destacam-se: a grande abrangência da base social da categoria sem-terra, que envolve uma multiplicidade de sujeitos sociais, inclusive trabalhadores residentes nas cidades, e o significado aí contido de negação do processo de proletarianização em curso, demonstrando que a possibilidade de recriação camponesa não se esgota com o processo de expropriação nem com a passagem desses sujeitos pela cidade (MARQUES, 2004, p. 151).

⁴ Termo que geralmente designa o conjunto daqueles que trabalham na terra e possuem seus meios de produção: ferramentas e a própria terra. Embora ele seja frequentemente aplicado a todos os produtores diretos que trabalham a terra, é importante definir esse termo mais precisamente e distinguir entre camponeses e outros trabalhadores agrícolas não assalariados. [...] O papel dos camponeses no desenvolvimento do capitalismo tem sido motivo de um contínuo e intensivo debate



seus direitos. De acordo com Oliveira (2001, p. 255) o movimento camponês pressupõe um estado de contestação que se torna relevante à medida que constitui uma interpretação divergente da ordem estabelecida. Esse movimento produz a desestruturação das relações sociais existentes possibilitando a reflexão e desconstrução da ideologia capitalista posta na sociedade que insiste em caracterizar o camponês como um sujeito simplório sem espaço diante do cenário agroindustrial.

A compreensão hegemônica foi de que o campesinato não teria lugar na sociedade com a intensificação e mundialização das relações capitalistas. O progresso da sociedade representado pela modernização das forças produtivas tenderia a eliminar as relações sociais de produção “atrasadas”, como a camponesa. Mesmo no socialismo, não haveria possibilidade de existência camponesa, pois este se ergueria sobre as modernas relações sociais de produção (FABRINI, 2007, p. 09).

A história do campesinato no Brasil continuamente define-se como um levante para luta, afim de conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade. Na representação do campesinato brasileiro o MST passou a representar essa história social de luta e resistência e além disso, tornou-se uma nova referência em organização camponesa. O MST proporcionou uma visão real do camponês na sociedade capitalista atual, mostrando sua condição de excluído, expropriado, explorado, marginalizado e criminalizado. O camponês passa a configurar-se como novo camponês que além da luta pela terra protagoniza sua atuação na luta contra um sistema excludente.

entre marxistas e não marxistas. Na literatura marxista, esse debate tem como centro a questão de se os camponeses são uma classe social dentro do modo de produção capitalista, constituem um modo de produção distinto e peculiar, ou representam uma classe de transição que corresponde a vestígios de um modo de produção pré-capitalista, mas que, ao mesmo tempo, é caracterizada por certos aspectos do modo de produção capitalista. [...] O “modo de produção camponês”, segundo esse ponto de vista, baseia-se na pequena produção de mercadorias, contendo apenas uma classe, e, portanto, caracteriza-se pela ausência de relações de exploração entre os próprios camponeses, cuja produção tem sua organização baseada na unidade familiar (BOTTOMORE, 1988, p. 76).



De novo é preciso dizer que a cabeça do antigo camponês ou bóia-fria, vira de ponta cabeça, e uma nova visão de mundo aos poucos vai sendo construída, sempre na relação com tradições que continua carregando, seja como complemento, como contradição, ou já como síntese (CALDART, 2000, p. 118).

O amadurecimento das vivências de luta e os embates dialógicos com as forças conservadoras, neste caso os grandes latifundiários proporcionaram ao movimento o fortalecimento no engajamento dos sujeitos do movimento e a reflexão sobre a amplitude desta bandeira, assim ocupar, resistir e produzir é um complexo de palavras que dá vida a proposta do movimento. O MST produz um paradigma de luta e resistência que na sua caminhada projeta o sonho de construção de uma nova sociedade baseada no direito a condições igualitárias de vida.

[...] nem todas as ações de enfrentamento à ordem dominante estão limitadas aos sujeitos vinculados aos movimentos sociais [...] os movimentos sociais não devem ser considerados como possibilidade única de mudanças sociais, pois nem todas as relações são sinônimas de movimentos, ou seja, “nem tudo que se move na sociedade é um movimento social” (GUTIÉRREZ, 1987, p. 199).

Neste entendimento não seria prudente atribuir aos movimentos camponeses e suas ações coletivas o principal enfoque na resistência e na luta contra a hegemonia capitalista, neste entorno existe todo um complexo de ações que promovem essa resistência. A mística presente na vivência dos sujeitos que fazem parte do movimento contribui para o envolvimento na luta, a ocupação da terra, acampamento, assentamento a vida em comunidade propicia a formação política e educativa do camponês. Caldart (2000 apud Oliveira, 2001, p. 262) comenta que a mística trabalhada no interior do MST, e que hoje é partilhada por outros grupos, representa um ritual de acolhida e mais, uma matriz de formação para o exercício da continuidade da luta.



Como as formas de controle e poder são amplamente disseminadas, tornando-se repressoras, preenchendo a vida dos indivíduos e obrigando-os a reinventarem no dia a dia estratégias oponentes, o conflito é latente dentro da vida social. A luta por terra e trabalho assume o caráter político e se inscreve nele. Essa reelaboração cotidiana é sentida e experimentada nas práticas dos sujeitos enquanto experiências de diferenciação e/ou oposição, gerando contestações de diversos graus e natureza. Tensões internas surgem nos movimentos e exigem de seus membros reflexões que, ao serem feitas, geram uma pedagogia interna para a consecução de seus objetivos e criação de seus quadros (OLIVEIRA, 2001, p. 258).

Essa nova formação do sujeito camponês alicerçada pelo MST conta com subsídios da educação e trabalho que juntas promovem as condições materiais de sobrevivência na terra é nesta perspectiva que Vendramini (2007, p. 129) contribui mencionando que a defesa de uma educação do campo tem como sustentação o reconhecimento de uma realidade de trabalhadores e trabalhadoras que têm resistido para continuar produzindo sua vida no espaço rural.

A mudança da realidade perpassa o conhecimento educativo e a experiência do trabalho, para o MST apresenta uma matriz pedagógica que valoriza a cultura popular, a vida em comunidade, a relação com a terra.

Entendemos que a expressão educação do campo se refere ao processo de escolarização da classe trabalhadora que no campo vive e dele produz a materialidade humana. Trata-se da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores da terra – sejam dos pequenos proprietários aos diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural nos amplos contextos do Brasil contemporâneo, em suas múltiplas contradições, não remetendo apenas a localização geográfica, mas, sobretudo aos contextos econômicos e sociais bastante paradoxais que balizam a sociedade capitalista. Quando tratamos da categoria campo, remetemos a um rural que se relaciona diretamente com as desigualdades socioeconômicas produzidas pela acumulação e concentração de capital (JESUS; BEZERRA, 2013, p. 247).

Para o MST a concepção de ensino vinculado ao trabalho proporciona a ação educativa pautada por meio do trabalho real e concreto. Pistrak (2000, p. 38) argumenta que o trabalho na escola, enquanto base de educação, deve estar ligado



ao trabalho social, à produção real, a uma atividade concreta socialmente útil. Souza (2018, p. 1218) relata que o trabalho como instrumento pedagógico se coloca como forma de contribuição para um projeto político transformador, formando sujeitos com consciência revolucionária na sua atuação política. No MST o trabalho está situado como prática de reflexão na perspectiva emancipatória, princípio pelo qual os estudos de Pistrak (2000) são de extrema relevância fornecendo subsídios teóricos para fomentar a Pedagogia do Movimento.

O trabalho na escola não pode ser concebido sem que se considerem os objetivos gerais da educação. Não é o trabalho em si mesmo, o trabalho abstrato, como se fosse dotado de uma virtude educativa natural e independente de seu valor social, que deve servir de passe para o ensino do trabalho manual. O trabalho enquanto puro gasto de energia cerebral ou muscular – um gasto que pode ser até inútil – tem uma importância mínima em relação aos nossos objetivos na educação (PISTRAK, 2000, p. 105).

As contribuições de Marx para o entendimento deste processo que relaciona o trabalho à educação também fazem parte do arcabouço teórico discutido na Pedagogia do Movimento. Pois destaca elementos importantíssimos vinculados à prática do trabalho e ação educativa.

[...] o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2007, p. 211).

No MST a escola do trabalho a materialidade humana é um princípio ativo e norteador, segundo Leite (2017, p. 104) o trabalho expressa-se como um elo central no processo de constituição dos seres humanos [...] ao estabelecer uma relação entre homem, natureza e sociedade, produz mudanças [...] tendo o trabalho como



mediador e intermediário dessa relação. Podemos desta forma comungar com o pensamento de Kolling, *et al.* (2012, p. 503) quando manifesta que não é possível entender o surgimento do MST sem compreender as características da formação social brasileira, que prescinde de fazer a Reforma Agrária, mesmo em moldes capitalistas.

A resistência camponesa na luta por terra e educação não pode ser compreendida sem o conhecimento histórico de toda luta dos camponeses no Brasil, assim como não pode ser compreendida sem o conhecimento da caminhada do MST enquanto movimento social do campo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente ao mencionar a luta do campesinato brasileiro, estamos tratando de uma luta de classes, a luta contra um sistema capitalista devastador. Neste espaço o campesinato continua firme resistindo e enfrentando de maneira organizada, não somente a bandeira da reforma agrária, mas a bandeira de todos os trabalhadores explorados por um sistema aniquilador.

O MST tem papel fundamental neste contexto, pois é um movimento que se firmou com o objetivo claro de resistir e lutar por uma sociedade mais igualitária, e por meio da educação como princípio norteador viabiliza a possibilidade de garantir dentro do movimento o acesso ao conhecimento sistematizado, e a formação social emancipatória de seus militantes. Assim a Pedagogia do Movimento na sua ação educativa educa na luta, produz a materialidade da vida em comunidade, como também a formação política que fortifica o território camponês.

O MST também apoia e luta pela educação do trabalhador do campo, para este o movimento defende que se possa pensar e organizar uma educação pautada na realidade do meio rural, novamente fica evidente a questão do trabalho e sua



relação indissociável com a educação. As lições aprendidas e as influências propagadas pelo MST na luta pela conquista e permanência na terra, nos trazem esperança de um projeto de vida societário.

REFERÊNCIAS

BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

CALDART, R. S. **Educação em movimento – formação de educadores e educadoras no MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento sem-terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CALDART, R. S. Sobre Educação do Campo. *In*: SANTOS, C. A. dos. (ORG.). **Campo. Políticas públicas: educação**. Brasília: Incra-MDA, 2008, n. 7, p. 67-86.

CALDART, R. S. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009.

CARVALHO, H. M. **Na sombra da imaginação. O Camponês e a superação de um destino medíocre**. Boletim DATALUTA, 2011.

COUTINHO, A. F.; MUNIZ, R. S. L.; NASCIMENTO, R. de C. G. Luta pela terra, criminalização dos movimentos sociais (do campo) e educação. **Revista Aurora**, v. 5, p. 55-68, 2012.

FERNANDES, B. M. A modernidade no campo e a luta dos Sem Terra. **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, ano 90, n. 1, 1996.

FABRINI, J. E. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista Nera**, n. 11, p. 8-32, 2012.

FERNANDES, B. M. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Agrária (São Paulo. Online)**, [S. l.], n. 1, p. 16-36, 2004.

GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio-1963. *In*: STEDILE, J. P. (ORG.). **A questão agrária no Brasil hoje, o debate tradicional- 1500-1960**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.



GUTIÉRREZ, F. C. Os movimentos sociais frente à crise. In: SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. J. (ORG.). **Uma revolução no cotidiano**. São Paulo: Editora brasiliense, 1987. p. 191-213.

IBGE. **Censo demográfico 1940-2010**. Até 1970 dados extraídos de: Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1981, vol. 42, 1979. IBGE, Síntese dos indicadores sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2018.

JESUS, A. do C. de; BEZERRA, M. C. dos S. A herança colonial e as implicações na educação do campo no Brasil. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 13, n. 50, p. 238-250, 2013.

KOLLING E. J.; VARGAS, M. C.; CALDART, R. S. MST e Educação. In: CALDART, R. *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LEITE, V. de J. **Educação do campo e ensaios da escola do trabalho: a materialização do trabalho como princípio educativo na escola itinerante do MST Paraná**. 2017. 305 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2017.

MARQUES, M. I. M. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (ORG.). **O campo no século XXI**. São Paulo: Casa Amarela, 2004. p. 145-158.

MARTINS, F. J. **Gestão Democrática e Ocupação da Escola: O MST e a educação**. Porto Alegre: EST, 2004.

MARTINS, J. S. **Expropriação e Violência a Questão Política no Campo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARX, K.; ENGELS, F. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.



MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, B. C. Tempo de travessia, tempo de recriação: os camponeses na caminhada. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 255-265, 2001.

PISTRAK, M. **Fundamento da escola do trabalho**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

RIBEIRO, M. Educação do campo: embate entre Movimento Camponês e Estado. **Educação em Revista**, v. 28, n. 1, p. 459-490, 2012.

SANTOS, F. T. dos; SOUZA, M. A. de. **Educação no campo e MST. Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 10, n. 2, p. 211-226, 2007.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituação e desconceituação - o velho e o novo em uma discussão marxista. **Estudos Cebrap**, Petrópolis, n. 26, p. 43-79, 1980.

SOUSA, M. L. P. de. A EDUCAÇÃO NO MST: um instrumento de luta revolucionária no campo. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, p. 1213-1230, 2018.

TEUBAL, M. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, E. T., FABRINI, J. E. (ORG.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 139-160.

VENDRAMINI, C. **Educação do campo: desafios teóricos e práticos**. Florianópolis: Insular, 2009.

UNITED NATIONS CENTRE FOR HUMAN SETTLEMENTS (HABITAT). **Cities in a globalizing world**. Global report on human settlements 2001. London and Sterling, VA: Earthscan Publications Ltd, 2001.

Recebido em: 13-02-2022

Aceito em: 11-08-2022

